

O uso de jornais para a História da Educação: A Escola Garibaldi e a Educação rural em Pelotas (RS) entre 1928 e 1950

Renata Brião De Castro

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar dados empíricos a partir de jornais locais, refletindo sobre o uso de periódicos para pesquisas relacionadas à História da Educação. Para referendar o uso de jornais busca-se apoio teórico, especialmente em Luca (2015) e Zicman (1985). A busca nos periódicos teve como objetivo dois pontos principais: contextualizar através dos jornais a pesquisa que investiga o surgimento e os anos iniciais de uma escola rural no interior do município de Pelotas (RS), a Escola Garibaldi. O recorte temporal desse estudo se delimita no interstício dos anos de 1928 a 1950 e foram esses os anos pesquisados nos jornais que circulavam na cidade nessa época. Foram pesquisados dois periódicos locais, o jornal “Diário Popular” e o jornal “A Opinião Pública” durante todos os anos do período de tempo da pesquisa.

Palavras – chave: história da educação; periódicos; educação rural; contexto.

Agência Financiadora: CAPES

Introdução

O presente artigo objetiva analisar os dados empíricos encontrados em jornais locais sobre o uso de periódicos para pesquisas relacionadas à História da Educação.

É necessário ressaltar o fato de este artigo estar dentro de um estudo maior que é a dissertação de mestrado na área da História da Educação. Esse estudo busca investigar o surgimento e os anos iniciais da Escola Garibaldi e a atuação do primeiro professor dessa instituição José Rodeghiero, durante os anos de 1928 a 1950. A Escola Garibaldi se localiza no interior do município de Pelotas (RS), na localidade da Colônia Maciel, região essa colonizada por imigrantes da etnia italiana. A escola é construída no ano de 1928 pelo poder público municipal, iniciando suas atividades em 1929. Nesse sentido, a pesquisa nos periódicos da cidade buscou ver como a instituição escolar e o professor eram retratados pela imprensa, bem como se atentou para os anúncios relacionados ao ensino rural e as instituições educacionais apontadas na imprensa local. Outro ponto pesquisado refere-se à contextualização do espaço territorial da pesquisa, Colônia Maciel. E, nesse sentido, já possuindo algumas informações providas de outras fontes procurou-se por informações

referentes à construção de uma ferrovia na localidade, esse assunto se faz importante, uma vez que no período de sua construção houve mudanças no cotidiano local e também na instituição escolar.

Neste sentido, a busca nos jornais foi norteadada por dois tópicos principais, o primeiro encontrar informações que auxiliassem no contexto da pesquisa e o segundo especificamente sobre a escola e o professor pesquisado e também sobre o ensino rural no município no período de tempo estabelecido.

Os periódicos

Foram pesquisados dois periódicos no município os jornais “Diário Popular” e “A Opinião Pública”. A escolha desses dois jornais se deve ao fato de serem os periódicos que abrangiam todo o recorte temporal, além de serem os principais periódicos circulados no município nesse período.¹ Oliveira (2005) traz em sua dissertação uma descrição dos jornais dessa época. Conforme a autora o jornal “Diário Popular” era o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), sendo fundado no ano de 1890 e foi um órgão oficial do PRR até o final da República Velha. Já o jornal “A Opinião Pública” se denominava como um órgão de interesses gerais, entretanto conforme Oliveira (2005) mantinha vínculos com o PRR. Esse periódico começou a circular em 1896, sua fundação se deve a uma dissidência partidária dentro do “Diário Popular”, a equipe original deste abandonou o jornal e fundou “A Opinião Pública” (LONER, 1998 apud OLIVEIRA, 2005).

Sobre o uso de jornais como fonte de pesquisa ampara-se em Tania de Luca (2015), para a autora a importância dos periódicos está amplamente aceita, segue Luca (2015, p. 130) “[...] o seu uso generalizou-se a ponto de se tornar um dos traços distintivos da produção acadêmica brasileira a partir de 1985”.

Zicman (1985) pontua que a apresentação das notícias na imprensa impressa não é uma repetição de acontecimentos e cada jornal organiza as informações que irão ser veiculadas segundo seu próprio filtro.

Outro aspecto ressaltado por Luca (2015) refere-se à materialidade dos jornais e sua periodicidade. Os periódicos consultados para essa pesquisa – “Diário Popular” e “A Opinião Pública” – estão todos disponíveis para consulta na hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense, alguns anos encadernados por semestre e outros por quadrimestres, nesse sentido a pesquisa foi facilitada pelo fato de estarem todos os jornais salvaguardados na mesma

¹ Vale mencionar que o “Diário Popular” circula até os dias atuais.

instituição de memória. Quanto ao número de página das edições diárias dos jornais, essas oscilam de 06 a 12 páginas diárias dependendo do ano. O periódico “Diário Popular” tem um número de páginas mais elevado do que a “A Opinião Pública”. Algo perceptível nos dois periódicos é o aumento do número de páginas conforme os anos vão se aproximando da atualidade.

Realizar pesquisas em jornais ao mesmo tempo em que é enriquecedor para a pesquisa e o para ofício do historiador é também um desafio na medida em que ao folhear inúmeras e incontáveis páginas em busca do que estamos procurando corre-se o risco de “encantamento” com a maneira de a imprensa utilizar as páginas dos periódicos na época e principalmente com as notícias veiculadas. É necessária uma vigilância epistemológica² constantemente. Tania de Luca (2015) citando Martins (2011) escreve que o folhear dessas publicações envolvem o leitor/historiador no tempo passado que buscamos reconstruir.

Outro ponto interessante de ser observado, ainda pensando na materialidade dos jornais, é a familiarização com os periódicos. Ao passo que se avança no trabalho, começa-se a conhecer a maneira como aparece cada notícia. Por exemplo, as páginas nas quais são encontrados editais vinculados ao poder público municipal, as que têm somente anúncios do comércio local, as que encontramos notícias referentes a administração pública, ou por exemplo, no final de cada ano eram noticiados os exames finais nas instituições escolares.

Após findarmos a etapa de folhear os periódicos é necessário organizar e categorizar os dados. Para Zicman (1985) o processo de categorização desses dados dos periódicos ocorre em dois momentos: primeiro o inventário, os elementos, e depois a classificação que seria a distribuição desses elementos em grupos análogos. O autor alerta para a necessidade de o pesquisador definir suas categorias de análise conforme os objetivos de sua pesquisa.

Para os historiadores da educação a pesquisa em jornais está mais do que consolidada e justificada. Com a história cultural³ ampliou-se as fontes de pesquisa e nesse conjunto fontes não tradicionais ganham espaço e legitimidade.

Nesse contexto, a pesquisa em jornais surgiu como uma forma de complementariedade as demais fontes da pesquisa, como por exemplo, documentos do arquivo escolar e história oral. Dessa forma procurou-se nesses periódicos notícias sobre a escola, sobre o professor José Rodeghiero, aspectos da educação rural no município e também sobre notícias do impacto da construção da estrada de ferro na localidade da colônia Maciel na década de 1940, a fins de melhor contextualizar o objeto da pesquisa.

² Expressão de Bourdieu et al (1999).

³ Burke (2005); Pesavento (2004).

Em busca da contextualização

No período dos anos 1940, começa a ser construída a estrada de ferro que passa pela localidade da Colônia Maciel. Essa ferrovia ligou os municípios de Pelotas e Canguçu⁴ e se configurou, na época, como o principal meio de deslocamento dessas pessoas de uma cidade para a outra e também da zona rural para a urbana. Para a construção dessa, vieram pessoas externas⁵ à Colônia Maciel. Como o período foi alongado, instalaram-se na localidade familiares desses trabalhadores.

No que diz respeito aos reflexos da construção da ferrovia na escola, o primeiro deles foi o aumento do número de alunos no espaço escolar, visto que os filhos das famílias que se instalaram na Maciel foram estudar na Escola Garibaldi.

Nesse momento é necessário dissertar sobre o pertencimento étnico e as questões permeadas por aspectos identitários⁶, tendo em mente a constituição da comunidade da Colônia Maciel se deu devido ao processo imigratório no final do século XIX. A identidade deve ser pensada como algo construído e que vai se modificando ao longo do tempo e nesse contexto está interligada com o pertencimento étnico dessa localidade.

Weiduschadt (2007) explica que a identidade se dá a partir da demarcação de diferenças e exemplifica abordando a partir de sua pesquisa com a etnia pomerana. Neste grupo há necessidade de demarcação da identidade étnica por saberem que não são lusos. Assim sendo, no contexto aqui analisado da Colônia Maciel no período de construção da ferrovia, relacionam-se os conflitos existentes entre os dois grupos com questões identitárias, sobretudo étnicas, uma vez que os “novos moradores da localidade” não pertenciam aquele grupo étnico da comunidade e nesse contexto uma questão étnica os diferenciava.

É perceptível que o acontecimento da construção da estrada de ferro foi algo marcante na comunidade nesse momento. Um número considerável de pessoas de fora se fixaram na localidade, o que ocasionou uma mudança no cotidiano do local. E obviamente a instituição não esteve de fora desse evento.

A partir da pesquisa nos jornais pode-se perceber que a construção dessa ferrovia foi muita noticiada pela imprensa local, desde o seu projeto de construção até a sua inauguração. Como já se mencionou anteriormente a pesquisa nos jornais surgiu para cruzamento com outras fontes de pesquisa, entretanto toda a etapa de construção dessa ferrovia, desde seu

⁴ Canguçu é um município vizinho à cidade de Pelotas, a distância aproximada é de 55 km.

⁵ Essas pessoas eram de outras localidades do estado, de outros estados e não faziam parte do mesmo grupo étnico dos moradores da Colônia Maciel.

⁶ Para aprofundar sobre identidade ver Hall (2000) e Woodward (2000).

projeto inicial até sua inauguração pode ser acompanhada pelos jornais, os quais para esse momento se configuraram como a principal fonte para compreender a ferrovia.

De acordo com os jornais essa ferrovia teria como traçado inicial ligar os municípios de Pelotas no sul do estado a Santa Maria na região central, tendo no início uma discussão quanto ao trajeto, se o destino seria Santa Maria ou São Pedro ou Cachoeira do Sul. Porém se estabeleceu que seria Santa Maria. Antes disso como independente do caminho a seguir, a ferrovia partindo de Pelotas passaria pelo município vizinho de Canguçu foi iniciado por esse trajeto a construção. Porém, a ferrovia só chegou até o município de Canguçu no ano de 1950.

Percebe-se nos jornais infinidade de notícias sobre essa temática, primeiramente antes da efetivação do projeto e de ter verbas públicas destinadas para a construção ferroviária, as matérias jornalísticas concentravam-se em ressaltar a importância da ferrovia para as cidades beneficiadas pelo seu traçado. Longas reportagens falavam sobre os benefícios ganhos pelas cidades com a ampliação do transporte de trem.

A associação comercial do município de Pelotas solicitava agilidade na efetivação dessa obra. Quando finalmente começam os trabalhos no ano de 1940, os jornais noticiam o acontecimento da construção. Longas matérias são publicadas. Uma delas alerta para a falta de trilhos para o prosseguimento dos trabalhos (DIÁRIO POPULAR, 10/11/1946 p. 8). Em outra (DIÁRIO POPULAR, 29/05/1947 p. 6) revela que há uma grande concentração de pessoas para assistirem a chegada desses trilhos, os quais deram continuidade na construção. O número de notícias sobre a construção da estrada de ferro mostra a importância que esta teve para a região, bem como o papel na imprensa na divulgação de notícias. O envolvimento do Diário Popular foi intenso. O periódico realizou no ano de 1939 uma caravana passando por todas as cidades da região (Canguçu, Caçapava do Sul, São Sepé e Santa Maria) onde passariam os trilhos a fim de mostrar os benefícios para cada um dos municípios. Infere-se alta expectativa para a realização desse empreendimento.

Educação rural em Pelotas

Outro ponto pesquisado nos jornais foi especificamente sobre a educação rural, as escolas rurais, a Escola Garibaldi e o professor José Rodeghiero. No que tange a educação rural e as escolas do interior do município de Pelotas pode-se notar nesses dois periódicos locais que a frequência das notícias sobre essas escolas do interior era bem menor se comparado com as escolas urbanas e com os grupos escolares da cidade. Algumas

inaugurações de escolas rurais são noticiadas nas páginas dos jornais. Diferentemente das escolas localizadas no meio urbano, as quais constam com significativo número de reportagens.

Quando se analisa fontes de pesquisa histórica, em alguns casos o silêncio, o não dito ou o nesse caso aqui o não escrito, são importantes dados para se problematizar as questões investigadas, nesse caso não encontrar os dados é um dado. Zicman (1985) observa que em alguns casos a variável do silêncio se torna mais relevante do que a presença das notícias, seria a ênfase nos silêncios da imprensa.

Nesse contexto, pensar sobre essas informações de não haver muitas notícias sobre as escolas rurais frente às urbanas vai ao encontro da discussão sobre as diferentes instituições de ensino. Os discursos desse período valorizavam o modelo de ensino das escolas urbanas, reforçavam que a modalidade seriada seria melhor que as escolas rurais multisseriadas.

Nesse sentido, se torna relevante pensar sobre o lugar das notícias, para Luca (2015) é necessário ter em vista que a variação na aparência dos periódicos resulta de dois fatores, os métodos de impressão da época e o lugar social ocupado pelos jornais. A autora continua explicando que “historicizar a fonte requer ter em conta, portanto, as condições técnicas de produção vigentes e a averiguação, dentre tudo que se dispunha, do que foi escolhido e por quê [...]”. (LUCA, 2015, p. 132).

Ainda respaldada pelas reflexões da autora, os pesquisadores trabalham nos jornais com o que se tornou notícia, sendo necessário problematizar esse aspecto do que se foi escolhido para ser publicado.

Nesse contexto, pode-se dizer que as notícias veiculadas nos jornais não são neutras e a publicação ou não de determinadas matérias está vinculada a pelo menos dois fatores: a posição política ideológica do jornal e o contexto da época em que pesquisamos.

Outro ponto interessante a ser observado nas notícias sobre as escolas rurais encontradas nos periódicos são que algumas delas estão situadas em áreas periféricas da cidade, bairros afastados do centro urbano, e não propriamente no interior do município. Essas escolas se configuram como um meio termo⁷ entre as urbanas e as rurais, sendo em alguns momentos nominadas de suburbanas. Essas instituições figuram em maior número nas páginas dos periódicos do que as escolas do meio rural especificamente e em menor frequência do que as escolas urbanas. Desse modo, essas reflexões levam a alguns questionamentos e inferências, primeiramente o lugar das escolas rurais na imprensa local, que na época era representada pelos jornais, está ligado à própria concepção de educação da

⁷ É possível perceber nos aspectos da arquitetura escolar essa diferenciação entre as instituições escolares. Escolas do meio rural, urbano e as suburbanas.

época e o lugar que as instituições escolares ocupavam frente às escolas urbanas. As escolas rurais multisseriadas eram consideradas de menor importância do que as escolas urbanas e isso se notavam, na publicação das matérias jornalísticas⁸.

Abaixo segue o trecho da reportagem da inauguração de uma escola situada na zona periférica, nominada como rural. Ela era localizada em um bairro afastado no núcleo central da cidade na época e não propriamente em áreas rurais.

Nova escola municipal

Será solenemente inaugurada, domingo próximo, às 10 horas, a nova Escola Municipal “Ministro Fernando Osório” localizada interior do Bosque dos Eucalyptos, no caminho das três vendas.

[...] O ato inaugural terá a presença do sr. Dr. Augusto Simões Lopes, autoridades, representantes da imprensa, banda municipal, etc (DIÁRIO POPULAR, 38/08/1928, p. 02).

Ainda sobre essas escolas situadas em bairros da cidade há outra reportagem noticiando a exposição dos trabalhos manuais, constando no periódico as exposições de trabalhos manuais realizadas por diversos grupos escolares (DIÁRIO POPULAR, 05/12/1939, p.1). É significativo observar que é citado nas matérias as escolas D. Antônia, Ministro Fernando Osório e Jacob Brod como grupos escolares, entretanto essas instituições eram escolas isoladas. O intendente municipal Augusto Simões Lopes, durante sua gestão de 1924 a 1928, utiliza a expressão “grupo escolar rural” para se referir as escolas isoladas no interior e o jornal reproduz esse termo.

Nesse sentido, concorda-se com Luca (2015) quando a autora alerta que é necessário estar atento às condições de produção dos periódicos, do que foi escolhido e o que não foi e o porquê disso.

Ao olhar os periódicos, como se mostrou acima, as escolas rurais não eram muito noticiadas. A Escola Garibaldi está nessa conjuntura. Não foram encontradas reportagens nem mesmo da sua inauguração no ano de 1929 e nos anos pesquisados não houve nenhuma matéria falando da escola especificamente. O único momento que se fala dessa instituição foi reproduzindo no Relatório⁹ da Intendência Municipal numa matéria abordando a gestão do intendente Augusto Simões Lopes a qual finaliza naquele ano (setembro de 1928) e cita as escolas que estão sendo criadas na época.

⁸ Ao analisar os jornais se percebe que a quantidade de notícias referentes as escolas urbanas é mais do que o dobro em relação as escolas rurais.

⁹ Os Relatórios da Intendência Municipal eram produzidos anualmente pelo intendente municipal e se encontram salvaguardados na Bibliotheca Pública Pelotense e na Biblioteca Rio Grandina.

Sobre o professor José Rodeghiero encontra-se uma reportagem no jornal “Diário Popular” sobre o concurso realizado pelo docente para dar aula na Garibaldi. Extraímos do jornal o seguinte trecho:

Concurso para professores rurais

Perante a banca composta dos Drs. Jorge Salis Goulart, presidente Hugo Vieira da Cunha e Romeu Iruzum, examinadores, e assistência do diretor interno da Instrução Pública Sr. João Simões Lopes Filho, realizou-se o exame para professores rurais, tendo sido aprovados os candidatos Lamartine Augé, Dinah Veiga, Affonsina Lafourcade, **José Rodrigheira** e Flora Sequeira Padilha (DIÁRIO POPULAR, 19/02/1929, p. 1, grifos nossos).

Anterior a essa matéria encontra-se o no dia oito de janeiro de 1929, a divulgação do edital de concurso para as escolas municipais rurais, estabelecendo que seriam realizadas provas escritas e orais. Nesse mesmo ano de 1929, o professor Rodeghiero presta esse concurso para dar aula na Escola Garibaldi.

Outro ponto interessante de pensar acerca desse concurso era que, nessa mesma notícia, encontra-se outro edital, no mesmo modelo, referindo-se às escolas urbanas, o que demonstra que os interessados se inscreviam especificamente para trabalhar na área rural ou na urbana. Nesse momento, é possível pensar acerca da permanência do professor nas escolas rurais, visto que era mais fácil a adaptação de uma pessoa que já fosse da região.

No que se refere à atuação do professor José Rodeghiero não há outras notícias veiculadas. Outras matérias sobre o professor, que extrapolam as funções de docência, aparecem em notícias sobre o seu envolvimento com plantações de uva e com a produção de vinho na localidade, conforme a reportagem:

Os vinhedos na Colônia Maciel

O professor José Rodeghiero, residente na “Colônia Maciel”, 5º distrito deste município e secretario da Comissão Distrital Prolevantamento da Viti-Vinicultura na Colônia Maciel, é um grande entusiasta pela cultura da videira. Não medindo esforços, percorreu aquele distrito, e fez o levantamento da existência de pés de parreiras enviando ao escritório a seguinte relação [...] (DIÁRIO POPULAR, 06/02/1935 p. 5).

O professor José Rodeghiero conforme nota-se a partir das fontes escritas e orais era uma pessoa envolvida no grupo local. Com base nas entrevistas realizadas¹⁰ pode-se notar que o professor era participativo nas famílias e nas questões da região. Em algumas notícias veiculadas no jornal “Diário Popular” é possível perceber que o professor era membro influente na “Sociedade Cooperativa Vitivinícola”, uma associação organizada para tratar questões referentes à plantação de uvas na Colônia Maciel. De acordo com os

¹⁰ Foram realizadas no decorrer da pesquisa entrevistas com ex alunos da Escola Garibaldi, onde foi possível perceber a relação entre o professor e os moradores da localidade.

periódicos locais o professor exercia a função de secretário e de orador nos momentos necessários. Com isso pode-se observar que a permanência do professor na escola e mais do que isso a própria manutenção da escola foi influenciada pela figura pessoal do professor e o vínculo com a comunidade ao entorno.

Nesse contexto, pode-se ser pensado na relevância desse profissional na comunidade, não atuando somente como docente, mas também como a pessoa que iria concentrar suas funções numa sociedade cooperativa. Essa mesma reportagem do Diário Popular diz que a diretoria foi escolhida por votação, logo o professor José Rodeghiero foi escolhido para ser o secretário, nessa perspectiva podemos inferir que ele era a pessoa com o maior nível de instrução do local e por atuar como professor era também escolhido para a tarefa de secretariar a cooperativa (DIÁRIO POPULAR, 11/10/1938 p. 12).

Nas escolas rurais, onde uma pessoa da própria comunidade assume a docência da instituição era comum também esse professor representar um papel importante na comunidade.

Nessa mesma notícia, relata-se solenidade ocorrida, a Escola Garibaldi é mencionada como o lugar onde se realizou a assembleia. Aqui se pode pensar na escola como um importante espaço para a comunidade, esta se apropriava deste para além das atividades de sala de aula. Nessa conjuntura, a escola representava uma conquista relevante para a população local.

Nas reportagens dos dois periódicos analisados encontram-se alguns discursos acerca do ensino rural, o que mais ocorre é a fala sobre a precariedade de escolas e do ensino nessas localidades, conforme ilustra a reportagem a seguir:

O professor rural

“— que nos pode dizer a este respeito? Indagamos. E o nosso amável entrevistados, que também é um estudioso dos nossos assuntos agrários, respondeu:

- Estou convencido que o único problema capaz de reerguer a indústria pelotense é dirigir quasi todas as providências administrativas no sentido de crear um meio econômico favorável ao desenvolvimento racional da agricultura destacando-se, entre as primeiras medidas, a que se refere ao ensino rural. São do Dr. Sud Menucci, ex diretor do ensino do estado de São Paulo, estas palavras é indispensável nos convenceremos de uma vez para sempre que o método até agora usado de mandar a roça o mestre da cidade, é um descalabro completo que se vai refletir imediatamente e diretamente sobre as fontes de produção do país.

- Como se poderia indicar esse importante trabalho de ruralizar a escola primária?

- Entendo que se conseguirá esse importante objetivo creando o professor rural e amparado largamente à agricultura. Através das colunas de sua folha, já tivemos a oportunidade de apontar as inumeráveis vantagens que adveriam para a nossa economia, si os cargos de subprefeito distritais fossem exercidos por profissionais em agronomia.

Não somente o ensino, mas também a lavoura e a administração ganhariam fortemente com a adoção dessa providência (DIÁRIO POPULAR, 09/10/1938, p. 8).

Nesse momento, é válido refletir ainda que brevemente sobre o ruralismo pedagógico, Prado (2005) o caracteriza como uma tendência de pensamento de alguns intelectuais, os quais formularam ideias que consistiam no interesse de uma escola adaptada e referida aos interesses e necessidades hegemônicas. Bresolin e Ecco (2008) escrevem que foi nos anos 1930 que o ruralismo pedagógico se consolidou. De acordo com os autores a escola nessa perspectiva ruralista “além de se preocupar com a ação educativa, com o trabalho cívico e a fixação do homem no campo, tinha também a incumbência de divulgar a ideologia oficial que circulava no meio intelectual brasileiro” (SÁ e SILVA, 2008, p. 67). O ruralismo pedagógico buscava “definir uma proposta de educação do trabalhador rural que tinha como fundamento básico a ideia de fixação do homem no campo por meio da pedagogia” (BEZERRA, 2003, p. 11).

Nesse sentido, esse movimento tinha por base o discurso de fixar o homem no campo através da educação e pela presente pesquisa pode-se observar esse discurso presente na imprensa jornalística no município de Pelotas. Como exemplo, em notícia do Diário Popular no ano de 1946 há uma reportagem com o título de “Por que educar e não somente alfabetizar nas escolas rurais” e em 1947 há outra matéria intitulada de “a semana ruralista e a educação rural”, esses são alguns exemplos de como estava sendo tratada essa questão a nível local.

A construção de prédios para escolas rurais figurava em alguns momentos, sobretudo no “Diário Popular”, as notícias se referem à falta dessas ou a alguma nova escola construída. Essas inaugurações demonstram que era necessário ampliar as escolas no interior e a carência dessas ainda era grande. Essas matérias mostram a população local “festejando” a escola.

Sobre o ensino rural há informações sobre os salários dos professores, conforme a notícia: “precária a situação dos nossos professores rurais; Pleiteiam do prefeito Albuquerque Barros o aumento dos vencimentos. Recebem, mensalmente, 165\$000” (DIÁRIO POPULAR, 24/06/1942 p. 8). Conforme o periódico um dos motivos para a precariedade do ensino era o salário dos docentes.

Interessante observar e cruzar os dados com o manuscrito que o professor José Rodeghiero escreveu sobre a Escola Garibaldi, no qual ele registra alguns acontecimentos da escola e há trechos sobre os salários, conforme o documento:

Ora os vencimentos do professor eram primeiramente Cr\$ 150,00, anos depois passaram a ser Cr\$ 165,00, até 1943. Passando depois para Cr\$ 300,00 e depois para Cr\$ 350,00 felizmente nesta data para Cr\$ 525,00, animando assim o ânimo do professor, para com mais eficiência desempenhar a sua missão (MANUSCRITO, s/d.).

Outra temática recorrente nos jornais diz respeito à época da Nacionalização do Ensino algumas reportagens de escolas descumprindo a normativa e ministrando o ensino em língua estrangeira, sobretudo em alemão. O município de Pelotas recebeu muitos imigrantes de diversas etnias, tais como alemã, pomerana, italiana, francesa, entre outras, nesse sentido teve repercussão notícias nacionalistas do período do Estado Novo.

Há espaço considerável de matérias veiculadas a Nacionalização do Ensino, algumas escolas foram fechadas nessa época, sobretudo as escolas étnicas localizadas em áreas de imigração. Uma matéria interessante veiculada no ano de 1936 no Diário Popular trata sobre o ensino em língua estrangeira e a não aceitação a sua proibição, ressaltando que se fala estrangeiro nessas escolas porque o governo não instala escolas, o trecho do jornal, assim justifica: “e, natural, facilmente compreensível que esses nossos patrícios se fossem desinteressando pelas coisas nossas”. “não é aceitável a proibição em língua estrangeira” (DIÁRIO POPULAR 25/06/1936, p. 1).

Nesse trecho é atribuído ao governo o fato desse não construir escolas em algumas localidades e dessa forma as comunidades mantinham suas próprias instituições de ensino ministrando o ensino em língua estrangeira.

No ano de 1938 há notícia abordando essa questão em todo o estado do Rio Grande do Sul, conforme a matéria estava sendo redigido um projeto de nacionalização do ensino para as escolas, principalmente as alemãs, italianas, polonesas e israelitas.

Ao longo do ano de 1938 encontram-se reportagens sobre a necessidade e a importância de nacionalizar. A Nacionalização do Ensino teve forte impacto no estado do Rio Grande do Sul, sobretudo em regiões de colonização (CORSETTI et al, 2007).

Com o andamento da pesquisa nos jornais e o passar do tempo percebe-se que os discursos a respeito da nacionalização passam para a prática, ou seja, escolas são fechadas por desrespeitar essas normativas nacionalizadoras.

Ainda sobre a Nacionalização do Ensino são veiculadas notícias sobre as comemorações da Semana da Pátria no município de Pelotas e a participação das escolas nessas festividades. Para exemplificação no ano de 1940 no programa de festas organizado para comemorar a Semana da Pátria há uma hora programada para segundo o jornal um “grande desfile de todas as escolas particulares, públicas e grupos” (DIÁRIO POPULAR, 01/09/1940 p. 2).

Em 1939 a notícia da Semana da Pátria especifica dizendo que todas as escolas rurais irão participar das festividades e que alguns alunos das escolas rurais de Pelotas irão

participar das comemorações na capital do Estado, Porto Alegre (DIÁRIO POPULAR, 31/08/1939 p. 8).

Luchese (2014) argumenta que nas comemorações cívicas a Semana da Pátria ganhou centralidade, no caso do estado do Rio Grande do Sul (RS) uma das mais importantes iniciativas foram às comemorações da Semana da Pátria na capital do estado com a participação dos “coloninhos”. Conforme a autora, esses eram também chamados de “gauchinhos” sendo recebidos pelo governador do estado. A autora trata sobre os imigrantes de origem italiana concentrados na região serrana do estado do RS. É perceptível através da análise dos periódicos que no município de Pelotas alunos das escolas rurais também participavam dessas festividades numa forma de nacionalizar essas comunidades imigrantes. No ano de 1940 também crianças das instituições escolares rurais do município de Pelotas deslocam-se para Porto Alegre nas comemorações da Pátria, conforme o periódico:

Já se encontram em Pelotas quarenta dos coloninhos que vão a Porto Alegre assistir às festas da Semana da Pátria.

Alunos da zona colonial vão a Porto Alegre para as comemorações da Semana da Pátria. Colégios de Santa Silvana, Morro Redondo, 3º distrito (DIÁRIO POPULAR, 24/08/1940, p. 8).

Nessa conjuntura é possível identificar que os alunos das escolas rurais de Pelotas participavam dessas festividades e a imprensa local tinha interesse nessa divulgação.

Ao pesquisar em jornais se torna interessante da mesma forma conseguir dados que inicialmente não estávamos à procura. Outras informações para além daquelas que inicialmente se busca são encontradas e vem a contribuir na pesquisa e isso é enriquecedor tanto para a pesquisa quanto para o pesquisador.

Dentro dessa conjuntura há nos periódicos pesquisados alguns pontos referentes à educação em Pelotas de forma geral. No ano de 1931 noticia-se a criação dos círculos de pais com a justificativa de auxiliar a escola com as crianças matriculadas que não frequentam a escola, ajudaria também na disseminação da importância da manutenção da higiene no lar; nesse mesmo é ressaltado a necessidade de aproximação da escola com a comunidade escolar a fim de auxiliar nas questões aludidas acima (DIÁRIO POPULAR, 28/02/1931 p. 1). Ainda em 1931 consta uma matéria intitulada de “A grande obra da instrução em Pelotas”, nela são destacados os grupos escolares criados durante o governo do Intendente Municipal Pedro Luís Osório e a grande parte da matéria são elogios ao intendente anterior Augusto Simões Lopes e ao diretor da instrução pública, João Py Crespo (DIÁRIO POPULAR, 21/03/1931 p. 1).

Nesse momento, é oportuno mencionar que a administração do Augusto Simões Lopes esteve compreendida entre os anos de 1924 e 1928, de acordo Oliveira (2005) este

intendente se destacou em relação aos outros pela forma como propagandeava o seu governo, o uso de imagens para mostrar os feitos de sua gestão foi uma característica marcante do seu governo. Nesse contexto, Augusto Simões Lopes, conforme a autora citada acima, esteve muito presente nas páginas dos jornais durante a sua administração e após ela também. O intendente era ligado ao Partido Republicano Rio Grandense e um dos periódicos analisados (Diário Popular) era órgão oficial do PRR, logo era comum essas matérias exaltando o governo de Simões Lopes.

Outra recorrência nos periódicos são algumas queixas dos prédios escolares, segundo o jornal Diário Popular o público reclama da estrutura física, os edifícios precisam ser melhorados no sentido de serem mais amplos e higiênicos. Pode-se notar a partir das páginas dos jornais que a preocupação com a higiene dos espaços escolares aparecia com certa frequência. O higienismo era um assunto que estava em destaque nesse período, havia uma preocupação ou ao menos um discurso acerca desse tema e os prédios escolares deveriam atender a certos critérios higienistas¹¹.

No periódico “A Opinião Pública” encontra-se uma matéria sobre o analfabetismo no município, segue a notícia:

“A opinião pública” iniciará veemente campanha, para que em 1930 não haja no município de Pelotas nem mais um analfabeto.

Appelamos para todas as agremiações sociaes, ao povo em geral, aos médicos, advogados, engenheiros, à classe intelectual, ao operariado, a todos enfim, sem distinção de classes, nem credos políticos ou religiosos de espécie alguma, para a grande obra de alfabetização popular, instituindo escolas nocturnas e diurnas, para creanças pobres e o operariado adulto analfabeto (A OPINIÃO PÚBLICA, 21/06/1929, p. 1).

Essa reportagem data do ano de 1929 e apresenta o quanto era necessário criar escolas e expandir o ensino no município, nesse mesmo ano há outra matéria no Diário Popular abordando a falta de escolas em todo o estado no Rio Grande do Sul nesse período.

Em 1938 noticia-se que as algumas escolas não propiciam conforto aos seus alunos, conforme o periódico:

Pela instrução pública

Algumas escolas não proporcionam conforto aos alunos.

Pelotas vai receber a visita do Coronel Cordeiro de Farias

Na visita notou que os estabelecimentos de instrução que a par da dedicação dos professores os estabelecimentos não estão devidamente aparelhados, estando todas na mesma penúria de instalação (DIÁRIO POPULAR, 30/03/1938, p. 4).

¹¹ Faria Filho e Vidal (2000).

Essas notícias veiculadas denotam a necessidade de se investir na educação e na construção de escolas e o jornal divulga essas informações por ser um período onde a questão educacional estava sendo bastante debatida.

No ano de 1941 há menção a falta de escola em uma localidade em específico, conforme o noticiário no Passo do Salso mais de 80 crianças estão sem instrução por falta de uma escola, na mesma reportagem é descrito que um comerciante local doou o terreno para a construção de uma escola. Nesse ponto é possível refletir sobre o papel que a população tinha no que tange a educação nessa época, pode-se perceber que para além dos investimentos do poder público, a população também era partícipe nesse processo, o que *a priori* denota certa ineficácia do poder público.

Considerações finais

O presente trabalho teve como objetivo dissertar sobre o uso de jornais para pesquisas histórico educacionais, bem como analisar os dados empíricos da pesquisa realizada em dois periódicos locais do município de Pelotas, o jornal “Diário Popular” e “A Opinião Pública”. O recorte temporal estabelecido está compreendido entre os anos de 1928 a 1950 por ser o período de tempo estabelecido para a dissertação de mestrado.

A busca nos periódicos esteve norteadada inicialmente em dois tópicos, uma contextualização do espaço da pesquisa por meio da construção da estrada de ferro construída na localidade da Escola Garibaldi; o segundo ponto foi procurar por notícias específicas da Escola Garibaldi, do professor José Rodeghiero, e mais geral da educação e escolas rurais.

Como foi mencionado ao longo do texto foram pesquisados dois periódicos do município de Pelotas. Tentando traçar uma diferenciação entre os dois periódicos de forma geral, as escolas rurais e mais especificamente a inauguração destas aparece com mais frequência no jornal “A Opinião Pública” ainda que as escolas urbanas ocupem um espaço maior do que as rurais também nesse periódico.

Referências Bibliográficas:

A OPINIÃO PÚBLICA. **Edições de 1928 a 1950**. Bibliotheca Pública Pelotense, Pelotas/RS.

BEZERRA, Luiz Neto. **Avanços e retrocessos na educação rural no Brasil**. Tese (Doutorado em Educação). 2003. Universidade Federal de Campinas, 2003.

BRESOLIN, Paoline; ECCO, Idanir. Ser escola rural: da historicidade, das características e das representações. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2008. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.uri.com.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/530.pdf>. Acesso em: 09/02/2016.

BOURDIEU, Pierre et al. **A profissão do sociólogo: preliminares epistemológicos**. Petrópolis: vozes, 1999.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

CORSETTI et al. A política educacional no Rio Grande do Sul e a questão da Nacionalização do Ensino (1930/1945). **História da Educação**, n. 23, p. 173-192, 2007.

DIÁRIO POPULAR. **Edições de 1928 a 1950**. Bibliotheca Pública Pelotense, Pelotas/RS.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 19-24, 2000.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? IN: SILVA, Tomás T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

LUCHESI, Terciane Ângela. Abrasileirar os coloninhos: histórias e memórias escolares na região colonial italiana do Rio Grande do Sul (1937-1945). In: QUADROS, Claudemir de (org.) **Uma gota amarga: itinerários da nacionalização do ensino no Brasil**. Santa Maria, RS: editora ufsm, 2014, p. 191-232.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena. **A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**. 2005. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História e História Cultural**. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo pedagógico no Brasil do Estado Novo. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 5 – 27, 1995.

SÁ, Elizabeth Figueiredo; DA SILVA, Marineide Oliveira. O Ruralismo Pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, v. 11, n. 23, p. 61-83, 2013.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX: identidade e cultura escolar**.

2007. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós Graduação em Educação, Pelotas, 2007.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. IN: SILVA, Tomaz T. (org.). **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, Vozes, 2000. p. 103- 133

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**. v. 4, 1985.